



Preferências reprodutivas e fecundidade não realizada no Brasil: algumas reflexões a partir dos dados do relatório da ONU “A verdadeira crise de fecundidade”*

Angelita Alves de Carvalho**

Introdução

A análise conjunta das preferências reprodutivas e do comportamento da fecundidade é essencial para a compreensão do processo de transição da fecundidade de um país. Segundo Bongaarts (2025), com base em estudos para a América Latina e outros países de renda baixa e média, as transições de fecundidade são impulsionadas por mudanças tanto nas preferências por filhos quanto em sua implementação.

No Brasil, embora existam dados bastante regulares e confiáveis acerca do comportamento da fecundidade, provenientes de registros administrativos e pesquisas, o estudo no campo das preferências reprodutivas tem sido limitado nos últimos anos. A investigação quantitativa de representação nacional acerca de indicadores clássicos de desejos e intenções reprodutivas e sua relação com o comportamento de fecundidade data de 2006 – a Pesquisa Nacional de Demografia e Saúde (PNDS). Embora o IBGE tenha realizado uma nova edição da PNDS em 2023, os dados ainda não foram divulgados.

* Texto adaptado do resumo estendido do trabalho “Barreiras para a realização da fecundidade desejada no Brasil: algumas reflexões a partir dos dados do relatório da ONU ‘A verdadeira crise de fecundidade’”, apresentado no 1º Encontro Intermediário dos Grupos de Trabalho de Gênero, Saúde e Fecundidade da Associação Brasileira de Estudos Populacionais (Abep), realizado na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade Federal de Minas Gerais (Face/UFMG), em setembro de 2025.

** Escola Nacional de Ciência Estatísticas. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (Ence/IBGE), Rio de Janeiro-RJ, Brasil (litaacarvalho@yahoo.com.br; <https://orcid.org/0000-0002-9342-4181>).

Além da falta de periodicidade das fontes de dados sobre as preferências reprodutivas, as perguntas investigadas sobre o tema no Brasil ainda não possibilitam a completa compreensão do processo de tomada de decisão por filhos. Os estudos nos países desenvolvidos têm avançado com a realização de pesquisas específicas e a introdução de perguntas mais complexas, como o caso das motivações e obstáculos que permeiam a realização das preferências reprodutivas e o comportamento de fecundidade, conforme sugerido por Miller *et al.* (2026) e Mynarska e Rytel (2020). Na busca por ampliar a discussão acerca desses temas no Brasil, debruça-se sobre o relatório Situação da População Mundial 2025 da ONU, intitulado *A verdadeira crise de fecundidade*, que apresenta dados inéditos sobre esses aspectos no país. Com base nesse relatório, faz-se uma análise dos indicadores brasileiros, discutindo questões relacionadas às preferências reprodutivas e à fecundidade, dialogando também com as informações recentes do Censo Demográfico de 2022.

Os dados apresentados no relatório da ONU são oriundos de uma pesquisa inédita realizada *on-line* pelo UNFPA (Fundo de População das Nações Unidas) e a YouGov (grupo internacional de pesquisa, dados e análises) com mais de 14.000 adultos (homens e mulheres) de 14 países, entre eles Brasil, onde a amostra foi de 1.053 indivíduos. A pesquisa foi a campo entre 15 de novembro e 5 de dezembro de 2024 e teve como objetivo compreender as aspirações e os sucessos das pessoas em relação à fecundidade desejada e realizada, bem como os desafios que enfrentaram (UNFPA, 2025).¹

Desenvolvimento

Um primeiro dado clássico a ser analisado é a comparação entre o número de filhos nascidos vivos e o número de filhos desejados (Tabela 1). A maioria dos entrevistados (40%) não tinha filhos nascidos vivos, enquanto o desejo predominante era ter dois filhos (35%). Apenas 11% dos respondentes afirmaram não querer filhos e 19% desejavam ter três ou mais. Esses resultados tornam-se inquietantes num contexto em que a fecundidade brasileira já está abaixo do nível de reposição há mais de 25 anos, atingindo seu nível mais baixo, de 1,6 filho por mulher, em 2022 (IBGE, 2025). Apesar da preferência por dois filhos pela maioria dos entrevistados – tendência já apontada em estudos para o Brasil (González, 2015; Carvalho *et al.*, 2016; Coutinho; Golher, 2018; Leocádio *et al.*, 2023) a partir da PNDS 1996 e 2006 –, nota-se uma mudança nesse padrão. Comparando com os resultados encontrados por Coutinho e Golher (2018), observa-se uma redução de aproximadamente 15% na proporção de mulheres que desejavam dois filhos, que era de 50% em 2006.

¹ As tabelas completas podem ser acessadas em: https://ygo-assets-websites-editorial-emea.yougov.net/documents/UNFPA_Fertility_Tabs_Dec25_W.pdf

Ainda assim, as motivações que levam os brasileiros a ter filhos continuam ligadas a aspectos culturais/ideacionais, referentes à ideia de trazer “alegria e satisfação”, seguidas pela preferência por ter um casal de filhos (uma menina e um menino). Motivações de cunho familiar (aproximar vínculo com cônjuge, dar um irmão ao filho já tido) e instrumental (para dar continuidade ao nome familiar e/ou proteger os bens das gerações passada, proporcionar ajuda econômica) apresentaram o mesmo peso. Motivações de cunho obrigatório (aderir aos valores religiosos, dever para com a sociedade) tiveram menor peso (UNFPA, 2025).

TABELA 1
Distribuição dos brasileiros respondentes à pesquisa, segundo número de filhos nascidos vivos e filhos desejados
Brasil – 2024

Número de filhos	Nascidos vivos	Filhos desejados	Em porcentagem
0 filho	40,0	11,0	
1 filho	27,0	18,0	
2 filhos	13,0	35,0	
3 filhos	4,0	12,0	
4 filhos	1,0	7,0	
Não respondeu/não sabe	15,0	19,0	
Total	100,0	100,0	

Fonte: UNFPA (2025). Elaboração da autora.

O estudo de Varas e Borsa (2021) analisou as motivações para a gravidez no Brasil, evidenciando as influências de variáveis contextuais e pessoais nas motivações parentais. Os autores observaram diferenças significativas nas motivações para parentalidade segundo ocupação, tipo de relacionamento e presença/ausência de parceiro. Já a motivação para a parentalidade negativa variou segundo sexo, sendo maior para as mulheres. Coutinho (2019), por sua vez, ao analisar a preferência por sexo dos filhos no Brasil, mostrou evidências de que não existia uma preferência pelo sexo dos filhos para a maioria das brasileiras, mas apontou para uma preferência secundária por filhas.

A permanência de desejos elevados num contexto de fecundidade baixa revela um descompasso entre intenção e realização, indicando que concretizar os desejos reprodutivos tem se tornado mais difícil. Os dados do relatório apontam que 30% dos brasileiros de 50 anos e mais tinham menos filhos do que desejavam. Esse cenário também é compartilhado por outros países latino-americanos, como mostrado por Carvalho *et al.* (2020), em que a porcentagem de mulheres com fecundidade não realizada variou entre 20% e 40%, sendo associada a países com menores taxas de fecundidade e maiores desigualdades de gênero.

Diante desse elevado percentual de pessoas que não conseguem atingir sua fecundidade desejada, a pesquisa, de forma inédita para o Brasil, investigou os obstáculos enfrentados por meio da pergunta “Na sua situação particular, quais fatores levaram você ou provavelmente levarão você a ter menos filhos do que você originalmente desejava?”. Os

resultados estão apresentados na Tabela 2. Percebe-se que as questões econômicas foram as mais citadas (23% dos entrevistados), estando relacionadas a aspectos estruturais da sociedade brasileira, como restrição de renda (39%), desemprego e/ou mercado de trabalho precário e limitações relacionadas ao domicílio. Coutinho e Souza (2024), analisando o Brasil, mostraram a importância dos ciclos econômicos na explicação do comportamento de fecundidade para as mulheres adultas, com quedas na fecundidade em períodos de recessão. Comportamento similar foi observado para as preferências reprodutivas na Itália, conforme descrito por Noveli *et al.* (2021).

Ainda no grupo dos fatores econômicos, destaca-se, embora com menor frequência, a insuficiência ou baixa qualidade das opções de cuidado dos filhos (8% dos participantes). Esse dado é um tanto surpreendente perante ao fato de que, em 2023, apenas 39% das crianças menores de três anos frequentavam a educação infantil no Brasil. Além disso, 35% das crianças de 0 a 3 anos e 42% daquelas de 4 a 5 anos, que estavam fora da escola, poderiam estar frequentando educação infantil, caso as condições materiais, de transporte, de proximidade, de vagas e de segurança fossem garantidas às famílias. Um dado complementar que também precisa ser analisado é o fato de que 26% de crianças menores de três anos não frequentam a creche por opção dos pais (IBGE, 2024). Ou seja, parece, por um lado, haver um consenso de que o cuidado infantil é de responsabilidade das famílias – especialmente das mães – e, por outro, que permanece invisível a atuação de agentes essenciais para o cuidado infantil presente em grande parte das famílias brasileira, como redes de apoio familiar ou as chamadas casas de “tomar conta” de crianças (Fernandes, 2021; Alves, 2023). Assim, faz-se necessário contextualizar a percepção da oferta de cuidados infantis no Brasil, pois parece que o tema ainda é cercado de julgamentos morais e/ou falta de conhecimento/confundimento sobre a real demanda das famílias.

O segundo grupo de obstáculos mais mencionados pelos brasileiros relaciona-se às incertezas sobre o futuro (16% dos respondentes), com destaque para as preocupações relacionadas a guerras eminentes e pandemias. De fato, estudos recentes para o Brasil mostram efeitos importantes da pandemia do Zika vírus e da pandemia de Covid-19 sobre as decisões reprodutivas, bem como dos nascimentos. A percepção das mudanças climáticas e seus impactos no cotidiano das famílias, especialmente aquelas mais vulneráveis, também tem sido apontada como motivadora para a decisão de não ter filhos (Martelete *et al.*, 2022; Stolow *et al.*, 2022; Lima *et al.*, 2022; Martelete *et al.*, 2023; Coutinho; Souza; 2024).

TABELA 2
Percentuais de brasileiros respondentes à pesquisa, segundo dificuldades para não realizar a fecundidade desejada
Brasil – 2024

Grupos de motivos	%	Subgrupos de motivos	%
Econômicos	23,0	Restrições econômicas	39,0
		Limitações relacionadas ao domicílio (falta de espaço, preços elevados de compra ou aluguel)	18,0
		Opções de cuidado dos filhos insuficientes ou de baixa qualidade	8,0
		Desemprego ou precariedade trabalhista	26,0
Incertezas sobre o futuro	16,0	Preocupações políticas e sociais (guerras, pandemia)	21,0
		Preocupações climáticas e ambientais	11,0
Revisão dos desejos	15,0	Mudança do parceiro (ele/ela decidiu ter menos filho)	18,0
		Parceiro(a) quer menos filhos	12,0
Relativos à saúde	9,0	Infertilidade ou dificuldade para engravidar	8,0
		Obstáculos de atenção à gravidez e à fecundidade	7,0
		Problemas de saúde em geral ou doenças crônicas	13,0
Outros fatores	9,0	Ausência de parceiro (adequado)	15,0
		Falta de envolvimento do(a) parceiro(a) nos trabalhos domésticos ou cuidados dos filhos	8,0
		Pressão ou imposição médica ou sanitária em ter menos filhos	5,0

Fonte: UNFPA (2025). Elaboração da autora.

A revisão dos desejos reprodutivos foi mencionada por 15% dos respondentes (Tabela 2), nesse caso, no sentido de reduzir o número ideal de filhos. Essas reavaliações sobre as preferências reprodutivas ao longo do ciclo de vida têm sido discutidas intensamente na literatura internacional a partir de pesquisas longitudinais. Van Tintelen e Stulp (2024) mostraram que as modificações e incertezas acerca dos desejos reprodutivos contribuem para redução dos níveis finais de fecundidade, assim como demonstrado nos dados para o Brasil. Em paralelo, o Censo Demográficos 2022 revelou um processo contínuo de adiamento da maternidade entre as brasileiras, iniciado em 2010, com aumento da idade média à maternidade e adiamento da maternidade, demonstrado com o crescimento do percentual de mães acima dos 30 anos (IBGE, 2025). Nessa lógica, acredita-se que as revisões dos desejos reprodutivos e a adequação acerca das preferências por filhos irão se intensificar, uma vez que o adiamento da fecundidade leva automaticamente ao prolongamento do período de tempo destinado a essa tomada de decisão.

As questões de saúde também surgiram entre os obstáculos citados, uma vez que ainda não se tem no Brasil a garantia de condições gerais de saúde adequadas, especialmente aquelas relativas aos tratamentos para a infertilidade (Silva; Santana; Souza, 2021; Leite, 2024). Entre os “outros fatores” citados, encontra-se a dificuldade em encontrar parceiros adequados, uma vez que a maioria dos nascimentos ainda ocorre dentro de uniões – formais ou informais. O aumento da escolaridade e a independência financeira das mulheres, nem sempre acompanhados pelos homens, têm gerado desequilíbrios no “mercado de casamentos” e ampliado o percentual de mulheres que nunca se uniram (Cunha *et al.*,

2022). A dificuldade de formar parcerias estáveis contribui diretamente para o aumento do número de mulheres que não atingem sua fecundidade desejada e, em alguns casos, encerram a vida reprodutiva sem filhos, grupo que alcançou quase 20% das brasileiras com mais de 50 anos (IBGE, 2025).

Apesar de baixo percentual, é importante destacar que 8% indicaram a divisão desigual do trabalho doméstico do(a) parceiro(a) como fator para não alcançarem os objetivos reprodutivos, sendo que as mulheres tinham o dobro de chances de apontar esse obstáculo. Estudo recente de Leocadio *et al.* (2025) não encontrou associação entre maior equidade na família e maiores intenções reprodutivas. Por outro lado, Coutinho e Golher (2018) evidenciaram a existência da competição de preferência, em que a incompatibilidade ou a grande dificuldade em articular diferentes preferências (trabalhar, estudar, ser mãe, etc.) empurra as brasileiras a terem que optar entre maternidade e outras vivências. Em mesmo sentido, Simão *et al.* (2020) concluem que o custo e a intensidade da vivência da parentalidade para as mulheres têm sido um desestímulo claro para quem deseja ter um ou mais filhos.

Para além da fecundidade não realizada, o documento também destaca o grupo oposto: pessoas que não alcançam suas preferências reprodutivas devido ao número excessivo de filhos ou por tê-los em momentos não planejados. No Brasil, 30% afirmaram não ter conseguido concretizar o desejo de ter filhos no momento ideal e 40% relataram gravidez não intencional. Esse fenômeno é ainda mais evidente entre adolescentes, cujas taxas de fecundidade, apesar de recentes quedas, permanecem elevadas em comparação com o nível geral de fecundidade do país (Monteiro *et al.*, 2021; Barros *et al.*, 2025).

Enfim, destaca-se o indicador de autonomia reprodutiva, o qual impacta diretamente a realização das preferências reprodutivas, bem como os níveis de fecundidade (Tabela 3). De modo geral, 66% dos homens e 81% das mulheres já experimentaram alguma limitação de autonomia reprodutiva, estando os indicadores mais similares quando se trata da pressão para manter a gravidez não desejada e do uso de contracepção quando se deseja ter filhos (em torno de 21%). As limitações da autonomia reprodutiva passam a ser superiores para as mulheres no acesso aos serviços de saúde de infertilidade e de uso de método contraceptivo desejado (21% para eles e 32% para elas). Os diferenciais de gênero ficam mais evidentes quando se questiona sobre a incapacidade de dizer não a um parceiro se não quiser ter relações sexuais, com 49% das brasileiras contra 33% dos homens. Fernandes *et al.* (2020) apontam para fatores estruturais, como características sociodemográficas (baixa escolaridade, piores condições de vida, etc.) e racismo institucional, como responsáveis pela redução na autonomia reprodutiva no Brasil, especialmente para mulheres negras.

TABELA 3
Percentuais de brasileiros respondentes à pesquisa, por sexo, segundo tipos de limitação da autonomia reprodutiva
Brasil – 2024

Limitações da autonomia reprodutiva	Em porcentagem	
	Homem	Mulher
Você já passou por uma situação em que não conseguiu usar um método contraceptivo de sua escolha	27,0	32,0
Você já se sentiu pressionada(o) por alguém para ter um bebê ou manter uma gravidez quando não queria	24,0	21,0
Você já se sentiu pressionada(o) por alguém a continuar usando métodos contraceptivos para prevenir a gravidez quando queria ter um filho	21,0	21,0
Você já passou por uma situação em que se sentiu incapaz de dizer não a um(a) parceiro(a) se não quisesse ter relações sexuais	33,0	49,0
Você já passou por uma situação em que se sentiu incapaz de acessar serviços de saúde ou ajuda médica relacionada à procriação ou contracepção	26,0	32,0
Você já experimentou alguma dessas limitações na autonomia reprodutiva	66,0	81,0

Fonte: UNFPA (2025). Elaboração da autora.

Reflexões finais

Os dados do relatório permitiram ampliar a discussão acerca da implementação das preferências reprodutivas no Brasil, revelando que, apesar dos indícios de alterações nas preferências por filhos, estas continuam altas em relação às taxas de fecundidade observadas. Isso demonstra que a cultura por filhos permanece, enquanto as taxas reais de fecundidade seguem em queda, sem acompanhar tais expectativas.

Os principais obstáculos para esse descompasso referem-se ao contexto econômico, com empregos precários e rendimentos insuficientes para arcar com os custos da criação dos filhos. Além disso, há a necessidade de revisar as políticas de saúde, especialmente as reprodutivas, como os tratamentos para infertilidade, que tenderão a ganhar importância diante do envelhecimento da população e do adiamento da maternidade. Outros obstáculos apontados foram a falta de creches e a desigualdade de gênero na divisão das tarefas domésticas e de cuidados, contexto que dificulta a articulação entre trabalho e família, contribuindo para o desencontro entre o número de filhos desejado e o efetivamente realizado.

Os dados indicam que o Brasil permanece em um contexto dual, com demandas distintas no campo do planejamento da fecundidade, o que exige sistemas capazes de apoiar, de forma ampla, as decisões das pessoas – tanto para quem não deseja ter filhos quanto para quem quer ter. Para isso, é necessário investir em pesquisas que aprofundem o entendimento sobre o processo de decisão e concretização das preferências reprodutivas, permitindo não apenas refletir sobre o futuro da fecundidade no país, mas também orientar a criação de políticas e medidas que assegurem os direitos reprodutivos dos brasileiros.

Isso porque, não só para o Brasil, a verdadeira “crise” enfrentada pelo mundo não está relacionada à subpopulação, mas sim à autonomia reprodutiva, sendo as mulheres as mais afetadas. Nesse aspecto, é fundamental discutir coletivamente a “crise de fecundidade” sob

a ótica da escolha individual *versus* a coletiva, pois o declínio da taxa de fecundidade no Brasil, e em muitos países, tem sido interpretado como uma “crise” (como sugere o título do próprio relatório) devido às consequências econômicas e sociais de se ter poucos filhos para o desenvolvimento dos países. Nessa onda global que exige crescimento populacional contínuo não é incomum ver como solução a criação de políticas públicas pró-natalistas que barrem a redução da fecundidade a partir da ótica dos países, ignorando a abordagem dos direitos individuais.

Mas a “crise” é para quem? Estudos recentes têm tentado romper com essa percepção (Tan, 2024; Bloom *et al.*, 2024; UNFPA, 2025), argumentando acerca de temas que vão além dos ideais populacionais. Bloom *et al.* (2024) apontam que os países não deveriam focar em políticas pró-natalistas a partir da ótica de metas nacionais, mas sim investir em diferentes reações econômicas (macro e micro) e sociais, cautelosamente pensadas, para lidar com o fenômeno da baixa fecundidade. E ainda, até que ponto os atuais resultados reprodutivos devem ser vistos como negativos? Tan (2024) e o próprio relatório da ONU defendem que a redução da fecundidade, historicamente, está ligada a aspectos positivos, como empoderamento da mulher e acesso à contracepção. Por isso, em vez de tentar influenciar as decisões sobre fecundidade, os países deveriam dar voz aos direitos individuais.

Diante disso, tornam-se urgentes mudanças nos paradigmas sobre reprodução, a fim de se projetar políticas que priorizem ações baseadas nas aspirações sexuais e reprodutivas dos indivíduos, sem estigmatizar suas escolhas. É preciso remover barreiras institucionais a fim de se promover a equidade na vivencia sexual e formação familiar.

Referências

- ALVES, C. V. da R. Educação infantil como um direito das crianças e de suas famílias. *Paidéia*, v. 18, n. 29, p. 113-134, 2023.
- BARROS, A. J. D. *et al.* Maternity in adolescence in Brazil: high fertility rates and stark inequalities across municipalities and regions. *SciELO Preprints*, 2025. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/SciELOPreprints.11534>. Acesso em: 24 jul. 2025.
- BLOOM, D. E.; KUHN, M.; PRETTNER, K. Fertility in high-income countries: trends, patterns, determinants, and consequences. *Annual Review of Economics*, v. 16, p. 159-184, 2024.
- BONGAARTS, J. Fertility transitions in low- and middle-income countries: the role of preferences. *Population and Development Review*, v. 51, n. 1, p. 163-180, 2025.
- BUENO, X; PARDO, I. Gender-role attitudes and fertility ideals in Latin America. *Journal of Population Research*, v. 40, n. 1, p. 1-21, 2023.
- CARVALHO, A. A.; WONG, L. L. R.; MIRANDA-RIBEIRO, P. Discrepant fertility in Brazil: an analysis of women who have fewer children than desired (1996 and 2006). *Revista Latinoamericana de Población*, v. 8, p. 83-106, 2016.
- CARVALHO, A. A.; DE OLIVEIRA BONIFÁCIO, G. M.; DA COSTA, I. G. D. Panorama del déficit de fecundidad en América Latina a partir de dos indicadores. *Notas de Población*, v. 47, n. 110, p. 127-156, 2020.

COUTINHO, R. Z.; GOLGHER, A. B. Modelling the proximate determinants of fertility for Brazil: the advent of competing preferences. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 35, n. 1, Artigo e0041, 2018.

COUTINHO, R. Z. Are there sex preferences in Brazil? *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 34, Artigo e3410110, 2019.

COUTINHO, R. Z.; SOUZA, I. V. M. A transição da fecundidade no Brasil: investigação sobre os efeitos das crises exógenas nas tendências recentes de queda do número de nascidos vivos. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 41, Artigo e0283, 2024.

CUNHA, M. S. da; ROSA, A. M. P.; VASCONCELOS, M. R. Evidências e fatores associados ao fenômeno de adiamento da maternidade no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 39, Artigo e0187, 2022.

FERNANDES, C. Casas de “tomar conta” e creches públicas: relações de cuidados e interdependência entre periferias e Estado. *Revista de Antropologia*, v. 64, Artigo e189648, 2021.

FERNANDES, E. T. B. S. *et al.* Autonomia na saúde reprodutiva de mulheres quilombolas e fatores associados. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 73, suppl. 4, Artigo e20190786, 2020.

GONZÁLEZ, M. E. D. *A discrepância entre a fecundidade desejada e a fecundidade concretizada enquanto uma questão de gênero*. Dissertação (Mestrado em Demografia) – Programa de Pós-graduação em Demografia, Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), Campinas, 2015.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Censo Demográfico 2022*. Fecundidade e Migração. Resultados preliminares da amostra. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102187.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. *Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira: 2024*. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv102144.pdf>. Acesso em: 24 jul. 2025.

LEITE, T. H. Análise crítica sobre a evolução das normas éticas para a utilização das técnicas de reprodução assistida no Brasil. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 3, p. 917-928, 2019. <https://doi.org/10.1590/1413-81232018243.30522016>.

LEOCÁDIO, V.; VERONA, A. P.; WAJNMAN, S. Intenções de fecundidade: uma revisão da literatura acerca da variável em países de renda alta e no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 40, Artigo e0238, 2023.

LEOCÁDIO, V.; VERONA, A. P.; WAJNMAN, S. Associação entre equidade de gênero na família e intenções de fecundidade: uma análise do contexto brasileiro com machine learning. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 42, Artigo e0238, 2025.

LIMA, E. E. C.; SOARES, C. F.; DA SILVA, J. H. C. M. Rapid changes in birth counts in Brazilian major cities during the COVID-19 pandemic. *Vienna Yearbook of Population Research*, v. 20, p. 437-457, 2022.

MARTELETO, L. J.; MAIA, A. G.; RODRIGUES, C. G. Climate and fertility amid a public health crisis. *Population Studies*, v. 77, n. 3, p. 437-458, 2023.

MARTELETO, L. J. *et al.* Fertility trends during successive novel infectious disease outbreaks: Zika and COVID-19 in Brazil. *Cadernos de Saúde Pública*, v. 38, Artigo EN230621, 2022.

MILLER, W. B.; JONES, J.; PASTA, D. J. An implicit ambivalence-indifference dimension of childbearing desires in the National Survey of Family Growth. *Demographic Research*, v. 34, p. 203-242, 2016.

MONTEIRO, D. L. M. *et al.* Trends in teenage pregnancy in Brazil in the last 20 years (2000-2019). *Revista da Associação Médica Brasileira*, v. 67, n. 5, p. 759-765, 2021.

MYNARSKA, M.; RYTEL, J. Fertility desires of childless Poles: which childbearing motives matter for men and women? *Journal of Family Issues*, v. 41, p. 7-32, 2020.

NOVELLI, M.; CAZZOLA, A.; ANGELI, A.; PASQUINI, L. Fertility intentions in times of rising economic uncertainty: evidence from Italy from a gender perspective. *Social Indicators Research*, v. 154, n. 1, p. 257-284, 2021.

SILVA, D. J.; DE SANTANA, B. P.; SANTOS, A. L. Infertilidade: um problema de saúde pública. *Revista Uningá*, v. 58, Artigo eUJ3044, 2021.

SIMÃO, A. B.; COUTINHO, R. Z.; GUEDES, G. R. Desejo por filhos entre mulheres de alta escolaridade: conflitos, mudanças e permanências. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 37, Artigo e0123, 2020.

STOLOW, J. *et al.* Fertility decision-making during the Zika virus epidemic in Brazil: where is the decision? *Sexual & Reproductive Healthcare*, v. 32, Article 100722, 2022.

TAN, J. Beyond fertility figures: towards reproductive rights and choices. *Humanities and Social Sciences Communications*, v. 11, n. 1, p. 1-6, 2024.

UNFPA – United Nations Population Fund. **The real fertility crisis:** the pursuit of reproductive agency in a changing world. New York: UNFPA, 2025. Disponível em: <https://www.unfpa.org/pt/swp2025>. Acesso em: 24 jul. 2025.

VAN TINTELEN, A. M. G; STULP, G. Explaining uncertainty in women's fertility preferences. *Helijon*, v. 10, n. 6, 2024.

VARAS, G. V. V.; BORSA, J. C. Predictor variables of childbearing motivations in Brazilian women and men. *Paidéia*, v. 31, Artigo e3112, 2021.

Sobre a autora

Angelita Alves de Carvalho é demógrafa e atua como pesquisadora e docente no Programa de Pós-graduação em População, Território e Estatísticas Públicas da Escola Nacional de Ciências Estatísticas (Ence/IBGE) e do Programa de Pós-graduação em Políticas Sociais da Universidade Federal de Viçosa (UFV).

Endereço para correspondência

Rua Andre Cavalcanti, 105, sala 503C, Bairro de Fátima
20231-050 – Rio de Janeiro-RJ, Brasil

CRediT

Reconhecimentos: Não aplicável.

Financiamento: Este estudo foi financiado pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) – Projeto financiado.

Conflitos de interesse: A autora certifica que não tem interesse pessoal, comercial, acadêmico, político ou financeiro que represente um conflito de interesses em relação ao manuscrito.

Aprovação ética: A autora certifica que o trabalho não inclui seres humanos ou animais.

Disponibilidade de dados e material: os conteúdos já estão disponíveis (Relatório da ONU).

Editores: Bernardo Lanza Queiroz, Júlia Almeida Calazans e
Maria Carolina Tomás

Recebido para publicação em 05/08/2025
Aceito para publicação em 11/09/2025